

Precatórios

Carinho, mas nem tanto

A mão que afaga também bate. Esse antigo adágio popular costuma ser usado para lembrar que ninguém é 100% bom ou totalmente mau, que a vida eventualmente nos obriga a desagradar aqueles com quem convivemos, mesmo tendo consciência disso. É o que está acontecendo com o prefeito Kadu Müller em sua relação com o funcionalismo público municipal. Depois de três anos de “cafuné” nos servidores – que inclui ganho real nos salários mesmo durante a pandemia – o Executivo desagradou a eles. Ao transformar em precatórios as indenizações morais que conquistaram depois de terem pessoais vazados em 2013, quando a Prefeitura vendeu à Caixa o direito de pagar a folha, Kadu se tornou um vilão. Pelo menos para as cerca de 200 vítimas que ainda não receberam o dinheiro. São, em média R\$ 7 mil para cada um.



Vai demorar - Pela legislação antiga, valores oriundos de ações judiciais, até o limite de 30 salários mínimos, eram pagos em até 60 dias, através das RPVs – Requisições de Pequeno Valor. O prefeito mandou à Câmara um projeto reduzindo o teto para seis salários mínimos. O texto foi aprovado por unanimidade, durante uma sessão extraordinária realizada por videoconferência, sem discussão prévia. Agora, os servidores que ainda não haviam recebido terão de esperar até que haja dinheiro sobrando. Pode levar anos.

Cobranças - Lógico que todos esperam pelo dinheiro com ansiedade. Até porque muitas sentenças têm mais de três anos e a Prefeitura chegou a ser penalizada por má-fé processual ao evitar as quitações. Nas redes sociais, também “sobrou” para os vereadores, acusados de não terem agido com a cautela que a matéria exigia. A mais cobrada foi Rose Almeida (PSB), por ter, entre os servidores públicos, seus principais eleitores.